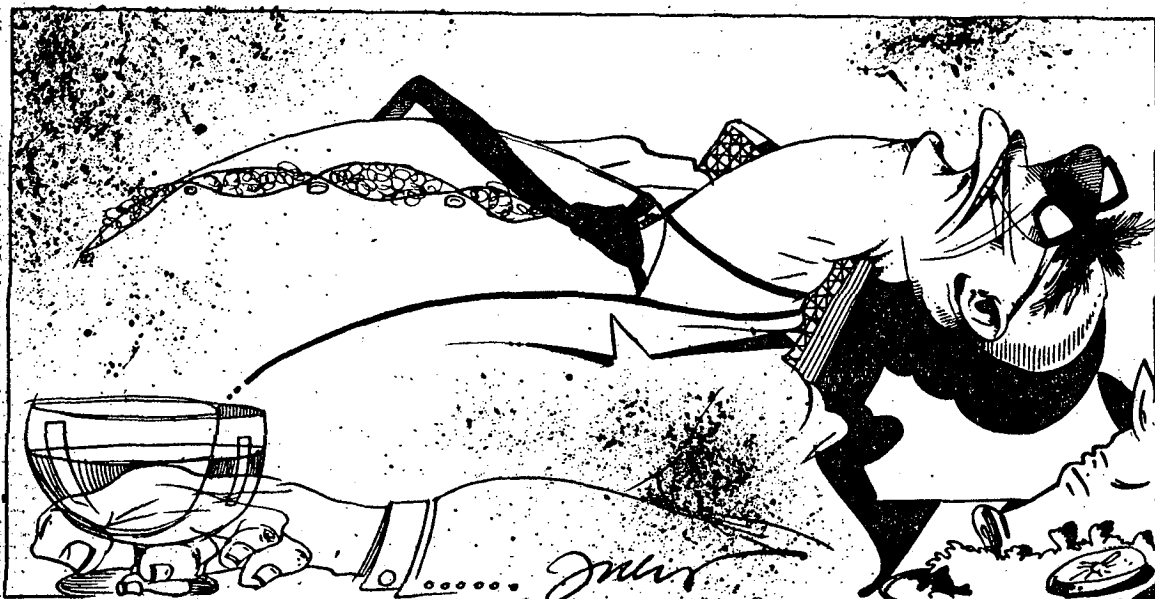


Espaço aberto



Nababos tão magnânimos

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Para que serve a chamada "classe política"? A rigor nem deveria existir, caso a democracia pudesse refluir à pureza das práticas dos começos, quando nem doutrina democrática havia. Nada mais pernicioso para a vida de uma República do que alguns poucos tendo como profissão principal representar os cidadãos e legislar em nome deles. Na cidade grega, como Atenas, que no território urbano não deveria ter, no século V aC, mais de 40 mil habitantes, todos os cidadãos com mais de 18 anos se reuniam pelo menos 40 vezes por anos para decidir, em assembleia, desde a guerra até os impostos. Não eram somente os cultos e os educados (como a exclusão dos escravos pode fazer crer) mas também gente simples, artesãos, pequenos comerciantes. Como mostra Moses Finley no seu belo "Democracia Antiga e Moderna" (Graal), a concentração de autoridade na Assembleia, a fragmentação e rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, e a ausência de uma burocracia remunerada permitiam a inexistência de uma elite política institucionalizada.

Numa sociedade de 150 milhões de habitantes, como nosso triste país, estamos condenados a ter representantes institucionalizados. Mas, se os cuidados e as preocupações daqueles momentos fundadores da democracia se perderem, há o risco enorme de que essa "classe política" se descole dos representados e passe a pensar mais nas condições de sua própria reprodução do que no País ou na população.

É o que está acontecendo, justamente, com o Congresso Nacional. Os escândalos em torno da administração dos fundos de aposentadoria dos congressistas, muito provavelmente, como sempre, não darão em nada. Sem falar da própria existência de uma aposentadoria para parlamentares, como se representantes populares devessem ter direito a outra aposentadoria, gerada

com recursos definidos e geridos pelos próprios beneficiados. Como todos os mortais, os parlamentares somente deveriam ter a aposentadoria das suas profissões ou de contribuições ao INPS, sem que a excepcionalidade de sua passagem pelo Congresso criasse privilégios.

Como se não bastasse seu futuro estar assegurado, os congressistas brasileiros há gerações vêm resolvendo o problema de caixa familiar do presente com o emprego de sua parentela. Conforme informação deste próprio jornal, dos 559 integrantes do Congresso, mais da metade — 291 — tem 457 parentes empregados no Legislativo em Brasília. São os 254 deputados federais e 37 senadores da República que consagram o mais alto grau de nepotismo existente numa democracia moderna. Uma indecência, porque não cabe ao contribuinte público manter as famílias de seus representantes. Seria uma medida altamente saneadora que se proibisse de vez parentes em cargos de confiança ou mesmo concursados. Se alguém quer representar o povo, esqueça da família, mesmo sendo ela viveiro de gênios e competentes.

Se não cabe manter a família, por que os representados devem assegurar aos parlamentares remunerações de nababos, na realidade brasileira? Em meados do século V aC, o comparecimento à Assembleia era remunerado num valor menor do que o pagamento por dia de um pedreiro ou carpinteiro especializado — ainda que haja dúvidas quanto à regularidade desse pagamento. Excelente parâmetro: asseguradas as despesas de locomoção, os parlamentares não deveriam receber, pelas mesmas funções, mais do que um dia de trabalho dos 60% de seus representados — aqueles que recebem o salário mínimo votado pelos deputados, de NCz\$ 120,00, o menor do mundo, 60 vezes menor que a remuneração que os próprios deputados se concederam, no valor de NCz\$ 7.787,43. De lambuja, vetaram para os aposentados as ínfimas correções

que aprovaram para os trabalhadores.

Mantendo sua formidável coerência, o vice-presidente da Câmara de Deputados, sr. Inocêncio de Oliveira, através de um passa-moleque regimental, fez aprovar, rompendo o acordo entre as bancadas, antes da votação do salário mínimo, esse novo salário dos deputados. Alguns dos seus pares do PMDB, do PFL e do PDS, que desavergonhadamente o secundaram na tramóia, devem explicações aos trabalhadores e a toda a sociedade, como justamente cobrava, há dois dias, Boris Casoy, indignado, na televisão. Devem ser aqueles mesmos deputados que encham a boca para condenar o "greivismo selvagem" e toda a autodefesa dos trabalhadores contra o arrocho salarial, agora gostosamente consagrado pelos senhores parlamentares. E os outros deputados do PT, do PSDB, do PDT, docemente contrangidos, irão deixar que seus saldos bancários engordem com essa desprezível decisão? O que se espera deles são providências para anular esse escárnio pelos representados, execrando perante os cidadãos seus colegas nababos compulsivos.

E, por favor, não se venha com a lorota de que mais uma vez o Congresso Nacional está sendo vilipendiado. Nada disso. O povo respeita, idolatra até o Parlamento, porque a democracia o investiu como o lugar maior da soberania popular. Nada de conversa mole. O que estamos denunciando são os deputados que se presentearam com um gordíssimo e imoral aumento, impondo à maioria da população a miséria e a fome. O Congresso Nacional sobreviverá, ninguém tem dúvida, a esses horrores. E os representados tudo farão para que os deputados que aprovaram essa prebenda nunca mais sejam eleitos. Lugar de nababo é no serrinho.

Paulo Sérgio Pinheiro é professor de Ciência Política da USP e Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP.

20 MAI 1989